

Faac é normatizado pelo governador

Mas para entrar em funcionamento, o Fundo de Apoio à Arte e à Cultura ainda depende da assinatura de outro decreto

ANNAMARIA ROSSI

O governador Joaquim Roriz assinou, anteontem, o decreto de normatização do Fundo de Apoio à Arte e à Cultura, publicado ontem no Diário Oficial do DF. Para entrar em funcionamento, no entanto, o Faac depende ainda da assinatura de outro decreto, estabelecendo o Regimento do Conselho de Administração do Fundo. A informação é do secretário-adjunto de Cultura do DF, Gedeon Campelo Nunes. Segundo ele, o decreto está pronto, aguardando a assinatura do governador. O deputado Geraldo Magela (PT), autor da lei de Incentivos Fiscais à Cultura, que criou o Faac, informa que o movimento cultural está articulando uma data para protocolar, em massa, os projetos candidatos ao apoio do Faac, caso o GDF "continue protelando o recebimento de projetos".

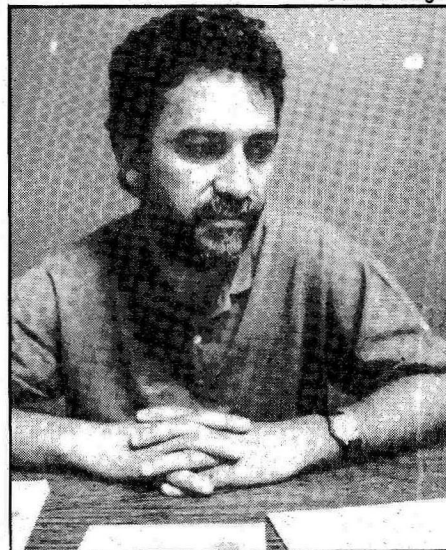
A normatização do Fundo não significa, no entanto, que a lei de Incentivos já comece a funcionar. A normatização da lei depende ainda do entendimento entre as Secretarias de Cultura e da Fazenda com o Conselho de Cultura do DF e os gabinetes dos deputados Magela e Maurílio Silva (PTR), autores da lei. Isso ainda não aconte-

ceu porque a Secretaria da Fazenda vê alguns problemas na lei relativos à renúncia fiscal. Um grupo de trabalho, reunindo representantes de todos os setores interessados, foi criado há um mês para definir as normas de aplicação da lei, com prazo de 45 dias para apresentar suas conclusões. Mas, segundo Magela, até agora não houve nenhuma reunião porque a Secretaria da Fazenda ainda não indicou seu representante.

"O governo não tem interesse em ver a lei funcionando, e por isso está protelando cada vez mais a normatização", afirma o deputado. Ele informa que, segundo acordo firmado entre todas as partes, esgotado o prazo de 45 dias, a normatização deverá ser publicada, mesmo que o grupo não tenha definido as modificações. "Depois disso, se não for publicada, nós partiremos para uma ação judicial para garantir a aplicação da lei", adverte. Ele garante que não há problemas com a lei e que, em Vitória (ES), um mecanismo semelhante de incentivo à cultura está em funcionamento, assim como acontece com o incentivo fiscal estabelecido pela Lei Rouanet em caráter nacional.

Problemas — Maria Duarte, presidente do Conselho de Cultura do DF e membro do grupo de trabalho, infor-

Geraldo Magela



Magela: GDF protela normatização da Lei

ma que já foram solicitados documentos relativos à lei de incentivos de Vitória para subsidiar as discussões sobre a do DF. "O que nos foi colocado pela Secretaria da Fazenda é que os mecanismos de renúncia fiscal devem obedecer às normas fiscais do DF, e por isso é fundamental um acordo com a Secretaria", diz. Ela admite que existem alguns problemas na lei que devem ser solucionados através da normatização.

Foi justamente para evitar que esse processo de discussão sobre a lei

provocasse mais atrasos na utilização dos recursos orçamentários destinados ao Faac que o Conselho de Cultura e os deputados distritais concordaram em aprovar a normatização do Fundo antes da normatização da lei. "Chegamos a um acordo para normatizar o Faac porque todos temos interesse em ver os recursos já existentes sendo utilizados", explica Maria Duarte. Recursos, até agora, não muito significativos.

Dos Cr\$ 2,5 bilhões destinados no Orçamento do DF ao Faac, apenas Cr\$ 100 milhões foram transformados em dinheiro vivo, e estão disponíveis para o financiamento de projetos culturais. Gedeon Campelo informa que, tão logo seja aberta a conta no Banco de Brasília destinada ao Faac, ela passará a receber os 33% sobre a arrecadação da Fundação Cultural do DF, conforme garante a lei e sua normatização.

O deputado Geraldo Magela, por sua vez, diz que o próprio secretário da Fazenda, Everardo Maciel, garantiu o repasse imediato dos recursos orçamentários para o Faac assim que a normatização do Fundo fosse publicada no Diário Oficial. Esses recursos, no entanto, não chegarão aos Cr\$ 2,5 bilhões previstos no orçamento.